

HERMÍNIO RICO S.J.
JOSÉ EDUARDO FRANCO
(Coordenadores)

FÉ, CIÊNCIA, CULTURA:
BROTÉRIA — 100 ANOS

gradiva

© *Brotéria* — Associação Cultural e Científica/Gradiva — Publicações, L.^{da}

Revisão e edição do texto: *Brotéria*

Capa: *Teresa Olazabal Cabral*

Fotocomposição: *Gradiva*

Impressão e acabamento: *SIG* — Sociedade Industrial Gráfica - Camarate

Reservados os direitos para Portugal por: *Gradiva* — Publicações, L.^{da}

Rua Almeida e Sousa, 21, r/c, esq. — 1399-041 Lisboa

Telefs. 21 397 40 67/8 — 21 397 13 57 — 21 395 34 70

Fax 21 395 34 71 — Email: gradiva@ip.pt

URL: <http://www.gradiva.pt>

1.^a edição: *Dezembro de 2003*

Depósito legal n.º 202 848/2003

Visite-nos na Internet
<http://www.gradiva.pt>

A Brotéria e a renovação conciliar

NUNO ESTÉVÃO
Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Periodização e metodologia

Reflectir sobre a relação estabelecida entre o II Concílio do Vaticano e a *Brotéria* implica que nos situemos em distintos planos de análise. Antes, porém, torna-se necessário proceder a alguns esclarecimentos do ponto de vista metodológico.

Anunciado por João XXIII a 25 de Janeiro de 1959, o evento que assumimos como principal referência deste estudo teria a sua abertura formal em Outubro de 1962, sendo que a respectiva conclusão ocorreria em Dezembro de 1965. Todavia, a delimitação de um âmbito cronológico que permita problematizar a relação estabelecida entre o Vaticano II e a publicação dos jesuítas portugueses requer outros níveis de realização e a clarificação de alguns momentos no interior daqueles grandes separadores.

A natureza deste ensaio não é compatível com aprofundadas incursões no plano das motivações ou das perspectivas com que João XXIII declarou perante os cardeais a sua intenção de convocar um concílio. Nem sequer no domínio, indiscutivelmente interessante, dos movimentos eclesiais que o precederam ou que permitem explicar as suas direcções. Muito menos se afigura viável avaliar as discussões conciliares ou o seu impacto nas estruturas e dinâmicas eclesiais. De facto, pelo menos desde a interrupção do I Concílio do Vaticano que a perspectiva da sua reabertura ou conclusão era uma questão latente no interior da Igreja e por vezes aflorada nos círculos mais influentes dos sucessivos Papas. Ao mesmo tempo, os rumos assumidos pelo andamento dos trabalhos conciliares, eventualmente inesperados face ao sentido da convocatória inicial, só foram possíveis dadas as direcções de alguns trabalhos teológicos e de certas iniciativas eclesiais que foram tendo lugar pelo menos desde finais do século XIX. Finalmente, constituem um campo em aberto, para além das suas vastidão e polémica inerentes, os meandros da realização conciliar e a sua influência junto das formas e organizações eclesiais.

Excluídos estes tópicos de análise, a definição do nosso âmbito cronológico terá de possuir como ponto de partida o próprio anúncio de João XXIII no início do ano de 1959. A sua eleição, em 25 de Outubro de 1958, poderá constituir um horizonte referencial ligeiramente mais vasto, dado o cunho pessoal com que aquela intenção é usualmente perspectivada ou a sua consideração como o momento marcante de um curto pontificado. Pretendemos, por isso, situar-nos no ponto de vista da recepção de uma notícia, inesperada no espaço eclesial, no contexto da *Brotéria* e que poderá ter sido correlacionada com as expectativas depositadas no início recente de um novo pontificado.

Quanto ao separador final, valerá a pena não nos circunscrevermos ao termo do Concílio. Em primeiro lugar, porque só a partir daí é possível aferir o impacto dos últimos documentos conciliares aprovados. Depois, e principalmente, devido ao facto de outras importantes iniciativas eclesiais serem muitas vezes mencionadas como marcos decorrentes do próprio Concílio, como corolários de uma intencionalidade reformadora ou como susceptíveis de imprimir um novo rumo eventualmente não consonante com o «espírito conciliar». Referimo-nos à publicação das encíclicas *Populorum Progressio* (Março de 1967), *Sacerdotalis Caelibatus* (Junho de 1967) e *Humanae Vitae* (1968), à instituição do Conselho dos Leigos e da Comissão Pontifícia Justiça e Paz (Janeiro de 1967) e à realização do III Congresso do Apostolado dos Leigos (Outubro de 1967).

A aprovação de um novo Código de Direito Canónico (1982), considerada como o último grande evento directamente decorrente do Concílio, constitui um horizonte demasiadamente distante do fulcro da nossa análise, pelo que não será tomado em linha de conta. Sem dúvida alguma que seria extremamente interessante fazê-lo, até porque poderíamos abarcar outro elemento fundamental do ponto de vista da publicação dos jesuítas portugueses: a transição democrática em Abril de 1974. Todavia, situar-nos-íamos perante um arco cronológico extremamente vasto, que não se compadece com a natureza exploratória deste ensaio.

É, portanto, entre a eleição de João XXIII e a publicação da *Humanae Vitae* (1958-1968) que nos iremos situar. Sem dúvida alguma que outros momentos intercalares merecerão uma atenção particular. Referimo-nos, desde logo, às quatro sessões conciliares, desde Setembro ou Outubro de cada um dos anos entre 1962 e 1965, mas também à respectiva fase preparatória, iniciada em Junho de 1960 com a constituição das comissões pré-conciliares. Elementos relevantes são ainda a eleição de Paulo VI e a sua decisão de prosseguir com os trabalhos conciliares (Junho de 1963).

No que à revista *Brotéria* diz respeito, apenas incidiremos a atenção sobre a Série Cultural. Nos dez anos que já definimos, podemos analisar a influência do Concílio sobre diferentes ópticas. Desde logo, as sucessivas direcções e alguns dos colaboradores mais assíduos, para além das designações adoptadas para a referida série editorial. Depois, os formatos redactoriais adoptados e as temáticas abordadas. Também as metodologias expositivas, bibliografia seleccionada e eventos destacados merecerão atenção. Finalmente, a abordagem do Concílio propriamente dito, ou seja, a evolução das expectativas ao longo da sua realização, o acompanhamento efectuado e os balanços processados.

As circunstâncias deste estudo não são compatíveis com uma ponderação detalhada de todas estas variáveis. Por isso mesmo, percorreremos os artigos de maior impacto sobre o II Concílio do Vaticano, nas suas diferentes fases de realização, e observaremos, ainda que de forma genérica, as linhas editoriais protagonizadas pelos sucessivos directores da *Brotéria*. Aliás, é nossa intenção dedicar uma particular atenção aos discursos destes mesmos autores sobre o evento conciliar, procurando problematizar as linhas eclesiológicas que neles perpassam.

Estamos perante uma publicação periódica que é produzida, desde 1902 (ou 1925, no que à Série Cultural concerne), por uma relevante instituição eclesial portuguesa. Como tal, as mudanças efectuadas não são independentes das alterações verificadas na instituição originária. Por outro lado, a abordagem de uma revista implica a ponderação de determinados níveis que, dada a natureza deste estudo, não poderemos considerar. Referimo-nos ao tipo de assinantes e às formas de circulação, assim como à recepção da publicação e aos «ecos» transmitidos à redacção. Mas também seria importante avaliar os processos de produção editorial do ponto de vista da dinâmica interna de uma instituição eclesial. Todavia, a nossa observação circunscrever-se-á ao resultado final junto de leitores, cujo perfil também não iremos problematizar.

Um apontamento final sobre o conhecimento que possuímos desta publicação. Sem termos alguma vez efectuado qualquer estudo sistemático, apenas tomámos contacto com a *Brotéria* por ocasião de outros trabalhos sobre o catolicismo português no período em causa. O interesse para emprendermos este ensaio decorre não só da novidade como também de um contraponto mais organizado.

Como ponto prévio, vamos estabelecer uma comparação entre o primeiro número publicado no ano de 1950 e o último de 1969. De certa forma, visamos aferir a viabilidade do problema que nos foi proposto, alargando, de forma acomodatória, o nosso horizonte ao início ou ao final das décadas que iremos considerar. Como complemento, reflectiremos a autocompreensão da redacção da *Brotéria* sobre a sua própria evolução, aproveitando os dois cinquentenários que se encontram próximos do nosso limite cronológico: o da revista (1952) e o da sua Série Cultural (1975).

Perspectivação de uma mudança

Entre duas décadas: do início de 50 ao final de 60

O primeiro número de 1950 (vol. 50, fasc. 1) possuía como subtítulo «Revista Contemporânea de Cultura», e, sob a direcção de António Leite, eram desenvolvidos 10 artigos depois de uma breve alusão editorial aos 25 anos da Série de Cultura. A terminar, três secções de cariz bibliográfico: «Revista de Revistas», «Bibliografia», «Obras recebidas na Redacção».

Por seu lado, no último número de 1969 (vol. 89, n.º 12), não era expresso qualquer subtítulo e, sob a direcção de Manuel Antunes, eram desenvolvidos

cinco artigos de fundo e mais quatro secções, das quais apenas a última possuía uma tónica bibliográfica. Registe-se ainda que os artigos principais eram reunidos numa secção que possuía uma designação própria: «Temas e problemas».

Esta primeira impressão sugere alterações em vários níveis. Ao longo de 40 volumes semestrais, os 219 fascículos ou números (incluindo os duplos)¹ possuirão significativas modificações formais e de conteúdo, para as quais o Concílio poderá ter constituído factor de influência ou de legitimação, ou apenas e só mais um elemento.

Antes de aprofundarmos uma comparação, convirá referir que aqueles números iniciam ou encerram relevantes ciclos da *Brotéria*. Em Janeiro de 1950, António Leite (1911-) sucedia na direcção da revista a Domingos Maurício (1896-1978), que vinha exercendo essas funções desde 1936. Em Janeiro de 1970, o subtítulo «Revista de Cultura», que havia sido iniciado em 1965 com a direcção de Manuel Antunes (1918-1985), seria substituído por «Cultura e Informação».

Em 1950, os artigos de fundo reflectiam problemáticas de índole eclesial ou teológica, histórico-arqueológica, pedagógica, estética, política externa. Podemos referir as seis subsecções em que constavam comentários a obras entretanto publicadas: Religião (Teologia, Apologética, Hagiografia); Filosofia, Direito, Sociologia; Literatura; História, Geografia, Etnografia, Arqueologia; Arte; Vária. Observando os demais números do mesmo volume semestral, verificamos que as designações destes apartados não eram estáticas, variando de acordo com as obras comentadas, mas, ainda assim, apresentavam alguma regularidade. Assim, Ascética, Moral ou Escritura poderiam também constar da subsecção de Religião; Política poderia estar associada à subsecção seguinte ou surgir apenas com Sociologia; um apartado de História, por vezes em relação com Geografia; Literatura associada a Linguística; Arte relacionada com Arquitectura ou Arqueologia. No IV fascículo, havia a subsecção de Moral, Pedagogia.

Do ponto de vista da apresentação da revista, 24 páginas de publicidade a abrir e a fechar, as condições de assinatura e uma listagem dos assinantes beneméritos.

Em 1969, os cinco artigos de fundo referiam-se a questões de natureza eclesial, política e filosófica. Seguiam-se duas secções periódicas, «De mês a mês» e «Para o diálogo», e uma outra mais irregular: «Documentação». As sete subsecções bibliográficas eram assim apresentadas: Religião; Filosofia, Ensaio, Pedagogia; História; História Literária; Romance; Conto; Viagens, Crónicas. Nos anteriores números do volume, verificamos que as designações destes apartados bibliográficos também não eram uniformes, mas a irregularidade era muito mais evidente, sendo frequentes outras secções: Teologia Bíblica; Sagrada Escritura; Espiritualidade; Pastoral; A Igreja e o Mundo; Moral, Pedagogia; Cultura, Humanismo; Política ou Sociologia e Política; Economia; Literatura.

¹ Foram publicados dois volumes por ano, sendo que o primeiro possuiu sempre 6 fascículos ou números mensais (à excepção do Vol. 84, em 1967, em que apenas foram publicados 5 números, dado que houve um número duplo: 5/6, correspondente aos meses de Maio/Junho) e o segundo era composto por 5 fascículos ou números (sempre um número duplo: geralmente, os n.ºs 2/3 ou os n.ºs 8/9, correspondendo aos meses de Agosto/Setembro). Note-se a extraordinária regularidade da publicação.

Quanto à apresentação, 16 páginas de publicidade encontravam-se apenas no fim e também eram identificadas as condições de assinatura e os correspondentes em Angola e no Brasil. Por ser o último número de um volume, constava ainda o índice correspondente (tal como no fascículo 6 de 1959). Esta prática atesta bem a regularidade metodológica da produção da revista.

As alterações quanto às obras comentadas atestam uma diversificação e uma especialização quanto às obras recebidas ou, pelo menos, àquelas cujo interesse justificava divulgação junto dos leitores. A produção bibliográfica tinha sofrido profundas modificações ao longo das duas décadas em causa. Mais importante, o facto da redacção da *Brotéria* transmitir aos seus leitores importantes vectores de tais transformações. A unidade da religião ou da teologia tinha sido substituída por diferentes itens autónomos, dando origem a várias temáticas especializadas. O campo económico possuía também importância suficiente para uma abordagem.

Estas alterações não se verificam apenas no domínio das obras consultadas mas são evidenciadas na metodologia utilizada nos artigos de fundo. O discurso dos articulistas é manifestamente diferente. Dada a dificuldade em estabelecermos comparações entre textos que incidam sobre uma mesma questão, vamos reportar-nos aos artigos de abertura de cada um daqueles números.

Assim, A. L. de Castro, o director em exercício, referia-se ao Ano Santo que nesse mesmo ano a Igreja celebrava². Depois de esclarecer as origens judaicas e cristãs do ano jubilar, regista também a génese e o sentido das indulgências plenárias e das grandes peregrinações. Assinala ainda a evolução sobre a periodicidade dos anos jubilares e percorre algumas das suas comemorações. A terminar, apresenta as principais características e as expectativas colocadas em torno do Ano Santo de 1950, cuja promulgação por Pio XII poderia até ter causado estranheza «dadas as convulsões que presentemente agitam o mundo».

Trata-se, sem dúvida, de um artigo profundamente contextualizado e que se refere a uma ocorrência muito precisa. Compará-lo com outro que não se reporta a evento de natureza semelhante não é tarefa muito viável. Ainda assim, a construção do discurso permite-nos retirar algumas ilações.

A «reforma dos costumes e revigoração da vida cristã» são as principais expectativas evidenciadas. De acordo com António Leite, «os efeitos deste ano santo» seriam mais evidentes que os produzidos por anteriores jubileus, contribuindo para isso «a grande campanha de orações e penitência que Pio XII deseja se faça em todo o mundo».

É precisamente esta noção eclesiológica que poderá ser comparada com a que transparece do discurso de António da Silva, sob o pseudónimo de Cristóvão de Santarém, em 1969³. O problema que aborda refere-se ao que considera ser a resposta da Igreja à sociedade portuguesa no final da década de 60. E são duas as perspectivas: «exigências de diálogo» e «renovação pastoral da Igreja

² Cf. «O Ano Santo», *Brotéria* 50 (1950), 8-28.

³ Cf. «Tarefas da Igreja no Portugal de hoje», *Brotéria* 89 (1969), 561-569. Para «descodificarmos» a autoria dos artigos assinados sob pseudónimo, baseámo-nos em José Eduardo Franco, *Brotéria educação. História da Brotéria e da evolução do seu pensamento pedagógico (1902-1996)*. Lisboa, Roma Editora, 1999.

em si mesma». Para efeitos de paralelismo com o artigo do director da *Brotéria* no início de 50, vamos apenas fazer incidir a atenção no segundo tópico. A renovação da Igreja deveria processar-se, no entender daquele que viria a ser o director da revista entre 1983 e 1992, em quatro registos: «pessoas e estruturas», «expressões doutrinárias», «manifestações do culto» e «presença de serviço ao mundo». Para não nos alongarmos, anotemos apenas a preocupação em efectuar profundas alterações na dinâmica eclesial perante uma sociedade que se encontrava em mutação, a qual é brevemente caracterizada.

Quer dizer, não bastava uma reforma dos costumes ou um revigoração da vida cristã, hipótese nem sequer colocada. A sociedade portuguesa, cujos novos dinamismos eram caracterizados de acordo com uma preocupação de âmbito sociológico, requeria então adaptações e reformulações da própria Igreja. Não se podia continuar com uma «teologia estereotipada ou de importação» perante questões concretas como fossem «a revisão do significado das classes sociais» ou a «passagem da prevalência rural para a urbana». Por outro lado, o «clima de maior participação eclesial nas decisões de governo» suscitava, na própria «sociedade eclesial», as questões da «descentralização e do discernimento entre o autocratismo e a anarquia». Havia que encetar mudanças concretas na orgânica eclesial. Aparentemente, pelo menos, uma «campanha de orações e penitência» não era encarada como uma via plausível.

Ao reflectirmos sobre dois discursos que distam no tempo cerca de duas décadas, mas que se encontram separados de forma desigual face ao acontecimento conciliar, queremos assinalar certas diferenças quanto à compreensão da Igreja e da sua relação com a sociedade. De forma aleatória e perante o pouco relevo do princípio ou final de duas décadas, estes dois textos denotam diversas preocupações e distintos tipos de análise. Mesmo se dificilmente comparáveis, dadas as discrepâncias quanto aos respectivos objectos e o perfil dos seus autores, as concepções eclesiológicas de fundo apresentam diferenças de tal ordem que não parecem resultar apenas do tempo que as separa.

Dois cinquentenários: 1952 e 1975

Em 1952, no início do ano cinquentenário, o director da *Brotéria*, António Leite, recordou em traços genéricos o percurso da publicação e analisou o impacto da Série Cultural⁴. É sobre este último ponto que agora nos importa reflectir.

Na sua perspectiva, esta série possuía destinatários precisos e uma estratégia: «pôr o público culto do nosso país ao corrente dos grandes problemas religiosos e da sua solução segundo a doutrina católica». Os temas habitualmente propostos, ou seja, «os assuntos teológicos, morais e jurídicos» eram analisados de acordo com o «critério católico». O mesmo é dito quanto aos «problemas de carácter filosófico», cujo intuito da exposição é bem claro: «o fim construtivo de lançar sobre eles a luz da filosofia perene».

⁴ Cf. «O cinquentenário da 'Brotéria', *Brotéria* 54 (1952), VIII-XVI.

No que a outros temas diz respeito, a linguagem não é tão explícita quanto ao entendimento do catolicismo como uma resposta objectiva para as grandes questões contemporâneas. De facto, sobre os assuntos sociais e económicos, a arqueologia e a história, as ciências e as técnicas, a qualificação das respectivas abordagens situa-se mais no plano do acompanhamento ou da divulgação entre as elites cultas.

Já no que ao movimento literário e artístico concerne, a intencionalidade situa-se no plano da apreciação, não só de acordo com um enfoque puramente estético mas também «moral». Aliás, os «problemas políticos e de actualidades da vida nacional» também são alvo da atenção dos redactores, na medida em «interferem com a vida religiosa cultural e moral».

Por ocasião do 50.º aniversário da própria Série Cultural, um pequeno editorial de Domingos Maurício começa por confirmar os destinatários da *Brotéria*: «pessoas de certa instrução e cultura, ou dos chamados meios 'intelectuais'»⁵. Todavia, há evidentes diferenças quanto ao enfoque que então era colocado na abordagem da estratégia da revista, e que não se reportam apenas às temáticas ou aos problemas destacados.

Sem dúvida alguma que a noção de uma «alta cultura católica», isto é, da sua construção por intermédio de uma publicação periódica, também se encontra subjacente. No entanto, é referido que, «nos últimos anos», foi feito um grande investimento «no campo histórico e sócio-económico», uma vez que «a situação presente exige atenta informação perante tanta diversidade de ideias e instituições». O enfoque analítico que, agora, é sublinhado situa-se, portanto, na necessidade de fornecer informação.

Mas, no que ao «campo político-social» diz respeito, as diferenças face a 1952 são mais notórias. Desde logo, a caracterização do próprio campo: «abre-se margem à confrontação partidária e de classes». Ainda que a redacção não pretenda enveredar por essa via, «deixando à liberdade consciente de cada um», é sua intenção «ajudar, na ordem dos princípios gerais, a fazer compreender as razões intelectuais e morais, em que, à luz da doutrina católica, cada um pode e deve alicerçar as suas convicções e determinações». O mesmo é dizer que, sem entrar em polémicas estritamente partidárias ou de classe, a doutrina católica possibilita distintas opções e contribui para a sua fundamentação.

Mais que uma retrospectiva da trajectória da *Brotéria* até 1952 ou 1975, o que nos interessa reter é que ambos os discursos são profundamente conjunturais. Não está apenas em causa o perfil ou as perspectivas dos seus autores. Os contextos em que são produzidas as duas reflexões são de tal forma diversos que as análises efectuadas sobre a linha editorial da *Brotéria* e o seu impacto oscilam entre a «solução segundo a doutrina católica» e o contributo no plano da fundamentação das «convicções e determinações». Em 1952, a política é um espaço de relevância nas páginas da revista na medida em que «interfere com a vida religiosa, cultural e moral». Em 1975, a política constitui um problema inevitável porque se encontra na «ordem do dia» e é necessário fazer opções, que, no espaço do catolicismo, não têm de ser uniformes.

⁵ «Cinquentenário à vista (1925-1975)», *Brotéria* 100 (1975), 3-5.

Estes dois editoriais confirmam uma evidente evolução, para a qual, seguramente, a revolução de Abril de 1974 em muito contribuiu. No entanto, não parece que estejamos perante o único factor de influência, dado que os artigos anteriormente analisados já permitiam inferir uma significativa transformação, na qual, mesmo tendo em consideração que nos encontrávamos em plena «primavera marcelista», a situação política portuguesa não parece ter sido o elemento preponderante. Na nossa perspectiva, dado o teor dos discursos, verificaram-se mudanças eclesiais que possibilitaram a consideração pela positiva das alterações políticas e sociais: estes dinamismos passaram a ser suficientes para operar mudanças no interior da própria Igreja.

Anúncio e preparação: a perspetivação do Concílio

Nas páginas da *Brotéria*, a antevisão de um Concílio mereceu uma atenção que podemos considerar como sendo moderada. Não ocorreram transformações de fundo na direcção editorial da revista nem se multiplicaram os artigos referentes ao evento anunciado. A publicação não foi transfigurada nem foram criadas, desde logo, novas rubricas regulares. Como seria de esperar, dada a importância que um acontecimento deste género assumia na vida da Igreja, foram noticiados os factos mais relevantes e feitos os necessários pontos da situação. Até Outubro de 1962, os relatos dos trabalhos preparatórios, a avaliação de anteriores concílios, a ponderação do impacto do Concílio marcaram o tom dos artigos ou das notas publicados em torno do evento.

No número de Abril de 1958, Manuel Antunes abordava a identidade da Igreja num mundo que se encontrava «no limiar da terceira revolução industrial» ou «no começo da idade atómica»⁶. O primeiro tópico de análise, aliás, reportava-se precisamente ao mundo contemporâneo, que caracterizava da seguinte forma: «mundo uno ou que tende a unificar-se, mundo em transformação, mundo do trabalho e da técnica, mundo que procura nivelar-se, mundo do fim e mundo do começo».

Perante este cenário, considerava que a Igreja «não existe só sobranceira e frente a...». Não procurava reflectir sobre a Igreja enquanto «Jerusalém celeste». A perspectiva que pretendia introduzir era a da realidade social da Igreja. Ou seja, como «a Igreja existe em...», visava situar-se «como sociólogo» e responder à questão: «que representa a Igreja no mundo de hoje?». Com clareza, afirmava ser a Igreja um *ghetto*, uma minoria, onde não se encontram «as grandes massas», e que não «conduz o movimento para a libertação do proletariado» nem «dispõe dos grandes meios de criar a opinião pública». A fé cristã desaparecia da África do Norte, do Médio e do Próximo Oriente, do Japão e mesmo no «velho solo da Europa» emergiam «massas pagãs». Por outro lado, uma sociedade até pode ter «o nome de cristã»; mas, se coexistem «lucros fabulosos e salários de miséria» ou «se ostentam espectáculos de luxo inútil em

⁶ «A Igreja no mundo de hoje», *Brotéria* 66 (1958), 369-381.

ambiente de extrema pobreza», «o cristianismo real dessa sociedade, como tal sociedade, não existe».

A finalizar e de forma prospectiva, Manuel Antunes afirmava ser «a hora da Igreja» num tempo intervalar porque situado entre o «crepúsculo do mundo» e «a aurora de um mundo outro, diferente». Perante um «tempo de crise no significado mais original de acção discriminada de valores», eram necessárias: «intensidade de vida sobrenatural vivida, cultura ampla e sólida, competência profissional, energia de decisão, iniciativa criadora».

Estas notas e as conclusões finais não se baseavam apenas na «reflexão pessoal» mas haviam sido suscitadas por duas obras: Karl Rahner, *L'Église a-t-elle encore sa chance?* e R. Grosche, Heer e W. Becker, *La fin du ghetto*. É indiscutível, como sabemos, o relevo do primeiro autor no universo teológico que apontou significativas direcções conciliares. Recordemos apenas que, à data da publicação deste artigo, ainda nem sequer havia sido anunciado qualquer evento.

A morte de Pio XII e a eleição de João XXIII foram devidamente referenciadas na *Brotéria* com notas sobre ambas as trajectórias⁷. Quanto a uma antevisão do pontificado de João XXIII, apenas era mencionada a resposta do Núncio Apostólico em Lisboa, numa entrevista ao *Novidades*, à questão se iria ser «político ou místico»: «inúteis e impertinentes interrogações. Será tudo isso, segundo as circunstâncias o exigirem e Deus o inspirar»⁸.

O anúncio do Concílio mereceu um importante artigo de António Leite⁹. A génese dos Concílios na história da Igreja, as disposições canónicas relativas aos Concílios Ecuménicos, Provinciais ou Plenários e aos Sínodos Diocesanos constituíram os tópicos iniciais. Naturalmente, as características dos Concílios Ecuménicos mereceram maior realce. A sua infalibilidade em matéria de fé e de costumes e a sua única legitimidade sob a presidência do Papa foram clarificadas pelo canonista que dirigia a revista. As teses da superioridade dos Concílios sobre o Papa, defendidas por jansenistas e galicanos, eram rebatidas.

A questão da necessidade ou utilidade dos Concílios possuía uma resposta apoiada no artigo «Conciles», de J. Forget, no *Dictionnaire de théologie catholique*. A interrogação era legítima no âmbito da argumentação de António Leite, dado que, «quer em matéria de fé ou de costumes, quer em assuntos disciplinares, tanta autoridade possui o Papa com ou sem o Concílio como com o Concílio. Pelo contrário, o Concílio sem o Papa nada pode, porque lhe faltaria a cabeça, e deixaria de ser legítimo». Por isso mesmo, seriam as conjunturas históricas a justificar a tomada de decisões em contexto conciliar, como, de resto, a prática eclesial mostrava:

Historicamente, os Concílios ecuménicos realizaram-se quase todos em tempos e meios particularmente perturbados, momentos em que os direitos do poder central

⁷ Cf. «Pio XII. In memoriam», *Brotéria* 67 (1958), 369-374; Paulo Durão, «O sumo pontífice João XXIII», *Brotéria* 67 (1958), 489-493; «O múnus pontifício no pensamento de João XXIII», *Brotéria* 67 (1958), 494; secção «Do pensamento e da vida», *Brotéria* 67 (1958), 567-571.

⁸ Paulo Durão, «O sumo pontífice João XXIII», *Brotéria* 67 (1958), 493.

⁹ «O Concílio Ecuménico», *Brotéria* 68 (1959), 241-255.

são menos respeitados e as suas advertências menos ouvidas, em que os espíritos estavam trabalhados por fermentos de revolta que tornam a obediência mais difícil e mais problemática.

Em períodos de crise de autoridade central, a tomada de decisões pelo Papa e a sua aplicação no mundo eclesial seria, assim, facilitada. Todavia, não eram quaisquer perspectivas «defensivas», de «confrontação» ou de «reforço da autoridade» que vingavam na conclusão de António Leite. No seu entender, o «vivo desejo de unidade» entre os cristãos, bem evidenciado pelo «movimento ecuménico», enunciava um «momento histórico deveras favorável». «Acabar com as divisões entre os que se confessam discípulos de Cristo» poderia ser o eixo da tarefa conciliar, numa fase em que ainda não tinha sido publicado o documento de convocação e apenas se conhecia a intenção papal.

Apenas no início de 1962, o Concílio voltaria a constituir o tema central de um artigo de fundo nas páginas da *Brotéria*. Até lá, apenas a exposição, sempre da autoria de António Leite, de diferentes questões abordadas pela encíclica *Mater et Magistra*¹⁰, e, na secção «Do pensamento e da vida», breves ecos de algumas iniciativas papais, como fossem as encíclicas *Ad Petri Cathedram* e *Princeps Pastorum*, o Sínodo de Roma ou a reforma litúrgica pré-conciliar¹¹.

Em Fevereiro de 1962, o director da revista abordaria directamente a questão conciliar, na sequência da respectiva convocação para aquele mesmo ano, mediante a bula *Humanae Salutis*. Os trabalhos preliminares eram, então, recordados, designadamente a esquematização das finalidades da Comissão ante-preparatória, da Comissão Central, das onze Comissões preparatórias, dos três Secretariados.

O tipo de Comissões que haviam sido criadas, as declarações de João XXIII e os relatos então disponíveis sobre os temas abordados pela Comissão Central permitiam antever um Concílio que viesse a tratar «predominantemente dos assuntos disciplinares e pastorais», sendo destacados: «a nova profissão de fé e os problemas relativos às fontes da revelação (...), a distribuição do clero pelo mundo, a sua disciplina, a administração da Confirmação pelos simples sacerdotes, as licenças para confessar, o problema do diaconado independente do sacerdócio».

Sobre a questão da unidade dos cristãos, referida discretamente naquela bula, era novamente prometida uma abordagem em artigo autónomo¹². A questão da

¹⁰ Cf. «A Encíclica 'Mater et Magistra'», *Brotéria* 73 (1961), 241-254; «A remuneração do trabalho segundo a Encíclica 'Mater et Magistra'», *Brotéria* 73 (1961), 369-381; «A agricultura na Encíclica 'Mater et Magistra'», *Brotéria* 74 (1962), 11-22; «Iniciativa pessoal e intervenção do Estado no campo económico, segundo a Encíclica 'Mater et Magistra'», *Brotéria* 74, 249-261.

¹¹ Cf., respectivamente, *Brotéria* 69 (1959), 208-213; *Brotéria* 70 (1960), 93-97; *Brotéria* 70 (1960), 333-335; *Brotéria* 71 (1960), 488-490.

¹² O que parece só ter ocorrido num artigo do mesmo autor em que apresenta as propostas de constituições ou decretos: «O II Concílio do Vaticano», *Brotéria* 75 (1962), 257-274.

articulação entre as autoridades conciliar e papal era mencionada em nota e com remissão para o artigo de 1959.

Na proximidade do Concílio, esta temática tornou-se ligeiramente mais significativa nas páginas da *Brotéria*. Em 1962, encontramos uma série de quatro artigos de J. Vaz de Carvalho sobre os Concílios desde a antiguidade cristã. António Leite remataria este conjunto de notas históricas reportando-se ao evento com início anunciado para 11 de Outubro de 1962¹³.

Estes artigos que temos vindo a referir, desenvolvidos na óptica do relato ou da clarificação do impacto de um acontecimento anunciado, foram acompanhados de outros textos que problematizavam o espaço do catolicismo nas sociedades contemporâneas. Nestes, o ambiente pré-conciliar ou a perspectivação do que poderia vir a ser a renovação conciliar constituíam o elemento central. Já mencionámos o artigo de Manuel Antunes logo em 1958, ainda em pleno pontificado de Pio XII. A terminar o período que neste ponto analisamos, D. Manuel d'Almeida retomava aquelas questões¹⁴.

Os movimentos bíblico, litúrgico eram analisados a par da renovação espiritual do clero ou da crítica teológica. A perspectiva do autor era clara: «a Igreja está 'em reforma' e isso porque os católicos dos nossos dias o exigem»; assistia-se ao emergir de um «catolicismo de boa estirpe» e que «ganhou em qualidade o que perdeu em difusão».

Em síntese, a perspectivação do Concílio significou um relevo moderado nas páginas da *Brotéria*, circunscrito ao impacto que um evento daquela dimensão assumia no universo eclesial. Ocorreram, fundamentalmente, relatos noticiosos e algumas análises, marcadas por imperativos pedagógicos, como fossem a contextualização histórica de acontecimentos desta natureza e os níveis de actuação esperados à luz do Direito Canónico.

A realização do Concílio

Com a efectivação do Concílio, os artigos sobre o acontecimento seriam, naturalmente, muito mais regulares na *Brotéria*. Estamos perante uma revista católica, dirigida e realizada por jesuítas, pelo que a realização daquele evento só poderia ser acompanhada e analisada do ponto de vista das suas repercussões. Para além das constantes notícias na rubrica «Do pensamento e da vida» ou na secção «Actualidade Religiosa», criada já na segunda metade de 1963, outros artigos fizeram eco dos trabalhos conciliares, reflectindo as principais direcções da reforma eclesial então proposta. Sem podermos percorrer a sua totalidade, vamos apenas reportar-nos aos mais significativos do ponto de vista dos seus conteúdos e autoria.

Antes, ainda, parece-nos necessário proceder a uma clarificação a propósito da secção «Actualidade Religiosa». Aparentemente, poderemos supor que a sua criação correspondeu à necessidade de acompanhar os trabalhos conciliares,

¹³ Cf. *Ibidem*.

¹⁴ Cf. *Brotéria* 75 (1962), 182-191.

dada a relevância que este evento aí ocupou. Todavia, outras questões mereciam atenção neste espaço. Sem a preocupação de sermos exaustivos, e considerando que a primeira rubrica, dedicada a Paulo VI, pode ser inscrita na abordagem conciliar, podemos referir: o II Congresso Nacional dos Religiosos ou os cristãos perseguidos na União Soviética, em 1964; a Conferência Ortodoxa de Rhodes ou os problemas do catolicismo francês em 1965. Também a abrangência temática que é sugerida pela designação da secção não nos permite supor que a intencionalidade da redacção da revista tenha sido a abertura de um espaço especialmente dedicado aos trabalhos conciliares.

Por isso mesmo, e invertendo as ordens de causalidade, poderá ter sido antes a preponderância do Concílio no âmbito da problemática religiosa contemporânea a explicar a sua presença constante e quase, mas não total, exclusividade nas páginas da secção «Actualidade Religiosa». Mas também é admissível que o Concílio tenha contribuído para a criação da secção: a dinâmica eclesial que encetou constituiu a ocasião para abordar a «agenda religiosa», que, por seu turno, era dominada pelo próprio evento gerador. No entanto, esta hipótese aponta para uma relação de causalidade indirecta e que não correspondeu a uma estratégia explicitamente delineada. Seja como for, não nos parece que a existência desta secção a partir de meados de 1963 contradiga o que afirmámos acerca da escassa influência do Concílio, nas suas fases preparatória e inicial, sobre a configuração editorial da *Brotéria*.

A inauguração dos trabalhos conciliares foi abordada por António Leite¹⁵. Reportando-se ao elevado número de participantes reunidos, considerou ser o resultado da expansão da Igreja nos últimos tempos e a demonstração da sua catolicidade. A unidade da Igreja e as presenças de bispos orientais, de observadores delegados de confissões religiosas cristãs não católicas e de representantes de governantes e de organizações internacionais foram igualmente mencionadas. Os discursos de João XXIII constituíram o núcleo do artigo, tendo sido introduzidos pela recordação da infalibilidade do Concílio em matéria de fé e de costumes e pelas elevadas expectativas quanto a resultados: «temos na história da Igreja exemplos de alguns Concílios medievais cujos frutos foram extremamente reduzidos. No momento presente, se tal sucedesse, seria uma verdadeira decepção».

Logo no número seguinte, o director da *Brotéria* aludiu ao esquema sobre a liturgia. A questão do uso do latim mereceu, como não podia deixar de ser, especial atenção. De um lado, razões de ordem pastoral, teológica e de relação com a Igreja Protestante poderiam justificar a utilização do vernáculo nos actos litúrgicos. Por outro, sete longos argumentos em favor da manutenção do latim. Todavia, na perspectiva de António Leite, estas últimas justificações «não parecem decisivas» nem sequer suficientes para se sobrepor aos motivos de cariz pastoral, ainda que possam conduzir a «uma atitude moderada de só permitir o uso restrito das línguas vivas na celebração da missa», ou mesmo à sua «parte didáctica». A utilização da Sagrada Escritura na liturgia, a comunhão sobre ambas as espécies e a concelebração também mereceram destaque,

¹⁵ Cf. «A inauguração do II Concílio do Vaticano», *Brotéria* 75 (1962), 442-452.

assim como alguns problemas relacionados com a celebração de outros sacramentos.

O tom geral deste artigo é extremamente cauteloso. São patentes certas expectativas de mudança, que, no entanto, concorrem com a ponderação dos diversos factores que poderão influir nas decisões finais da aula conciliar. Assim, considerava que, relativamente ao movimento litúrgico, eram necessárias «medidas e normas mais precisas, para se saber se (...) deve seguir o caminho actual, ou se deverá enveredar por novos rumos», dado que a «revitalização litúrgica está dependente das autoridades eclesiásticas». A questão mais polémica e emblemática, o uso do latim ou das línguas próprias, era apresentada com os argumentos pró e contra e eram perspectivadas soluções de equilíbrio ou de compromisso. A mesma atitude moderada era patenteada a propósito dos demais pontos abordados.

Em conclusão, afirmava: «são problemas muito complexos, em que é preciso atender a muitos factores e prever as possíveis consequências». De forma mais explícita, apenas estava assente que o Concílio, dada «a dificuldade em estabelecer determinações muito concretas para toda a Igreja», limitar-se-ia aos «princípios gerais», a trabalhar localmente pelos episcopados, e, para evitar «uma variedade excessiva», todas as aplicações ou adaptações seriam, posteriormente, submetidas «à aprovação final da Santa Sé». Em síntese e para que não restassem dúvidas: «só, porém, a publicação dos decretos definitivos nos permitirá conhecer pormenorizadamente as disposições tomadas».

O mesmo tipo de discurso era evidenciado em artigo referente ao final da primeira sessão conciliar¹⁶. O director da revista fazia um balanço desta primeira etapa. «Aparentemente [os resultados] poderiam considerar-se diminutos». Sem qualquer documento aprovado e com apenas cinco esquemas discutidos, frisava: «aparentemente repetidos, é pouco para perto de dois meses de sessões diárias que se prolongavam por cerca de três horas». Ainda assim, considerava ter sido realizado um «trabalho frutuoso e de grande importância» no que à organização interna do Concílio dizia respeito, e ao posterior andamento dos trabalhos, sendo que os reduzidos resultados eram reportados ao elevado número de participantes e à falta de experiência de um trabalho deste género: «o último Concílio, o Vaticano I, foi celebrado há quase um século (1869-1870)». Importantes, ainda, os seguintes factos: os bispos conheceram-se «mais de perto», efectuaram-se reuniões dos bispos de Itália («pela primeira vez na história»), de África e da América Latina, e perspectivavam-se decisões sobre «uma melhor distribuição do clero pelo mundo».

Mais curiosa ou significativa é a apreciação do extremamente controverso esquema sobre as fontes da revelação, que não chegou a ser rejeitado pelos padres conciliares, por não ter sido obtida a regimentar maioria de dois terços, mas foi retirado por decisão papal e tendo sido convocada nova comissão encarregue de elaborar um outro esquema. O alinhamento das posições favoráveis e contrárias àquele esquema era feito com citações directas do boletim do Secretariado do Concílio. Anteriormente, haviam sido desfeitas as dúvidas sobre

¹⁶ «A primeira fase do Concílio Vaticano II», *Brotéria* 76 (1963), 66-77.

quaisquer facções durante as discussões: não opuseram episcopados nacionais, nem «integristas, conservadores ou progressistas», antes reflectiram «duas concepções ou pontos de vistas teológicos diferentes».

A concluir a exposição das críticas ao esquema e das posições favoráveis, que possuíam importantes implicações ecuménicas, exegéticas e pastorais, António Leite referia que «não nos devemos admirar da diversidade de opiniões manifestadas, talvez até com certa viveza, durante o Concílio, não só em matéria disciplinar, mas até em pontos doutrinários». Depois de recordar e clarificar os termos da infalibilidade conciliar, tal como, aliás, tinha efectuado em todos os artigos anteriores, esclarecia que, «até se chegar à verdade que, sancionada pelo Papa, se transforma em dogma de fé», é necessária «a investigação da verdade contida na Sagrada Escritura e na Tradição, a qual nem sempre aparece claramente a todos, à primeira vista».

Por ocasião da morte de João XXIII e da eleição de Paulo VI, a continuidade da acção pontifícia constitui a principal linha analítica que perpassa as páginas da *Broteria*. Os vectores que foram utilizados na resenha da actuação de João XXIII são, em traços gerais, destacados na possível perspectivação da actividade de Paulo VI, designadamente: o Concílio, a revisão do Direito Canónico, a justiça social e a paz internacional, o diálogo ecuménico¹⁷. A análise da encíclica *Pacem in Terris* ocupava, então, um significativo relevo na revista¹⁸.

Como já referimos, o acompanhamento dos trabalhos conciliares passaria a ser feito na rubrica «Actualidade religiosa», entretanto criada, e por norma assinada pelo director. No início da segunda sessão conciliar¹⁹, a existência de facções e de polémicas no interior da Igreja era claramente evidenciada e eram mesmo identificadas as suas composições ou proveniências: esquemas que manifestavam «certas tendências unilaterais»; escolha dos membros da comissão teológica considerada como «não (...) suficientemente ampla», com predomínio dos membros «ligados ao Santo Ofício»; oposição «às inovações ou actualizações, aliás moderadas» por parte de «elementos muito relacionados com a S. Congregação dos Ritos»; o polémico esquema «Das fontes da revelação» também havia sido «elaborado sobretudo por teólogos ligados ao Santo Ofício». Eram igualmente mais nítidas as expectativas quanto à prossecução dos trabalhos. Para além de alterações ao regulamento, era anunciada a presença de observadores leigos, a admissão de peritos ou consultores leigos em algumas comissões, o convite à presença de observadores não cristãos e modificações no

¹⁷ Cf. «João XXIII. In memoriam», *Broteria* 77 (1963), 7-11; L. de Castro, «O início do pontificado de Paulo VI», *Broteria* 77 (1963), 214-218.

¹⁸ Depois de uma breve e genérica apresentação — cf. A. Leite, «A encíclica 'Pacem in Terris'», *Broteria* 76 (1963), 598-601 — seguir-se-ia, ao longo do vol. 77 (1963), uma série de artigos de Gomes dos Santos sobre problemas específicos: «A consciência individual na encíclica da paz», *Broteria* 77 (1963), 12-22; «Consciência social e consciência política na 'Pacem in Terris'», *Broteria* 77 (1963), 129-143; «A consciência internacional na 'Pacem in Terris'», *Broteria* 77 (1963), 257-269; «A organização internacional na 'Pacem in Terris'», *Broteria* 77 (1963), 377-387; «Consciência católica e participação na vida pública, na 'Pacem in Terris'», *Broteria* 77 (1963), 524-540.

¹⁹ «A reabertura do Concílio Vaticano II», *Broteria* 77 (1963), 325-329.

plano da informação do andamento dos trabalhos. De tudo isto, era extraída uma conclusão: «a segunda fase do Concílio deve despertar ainda maior interesse que a primeira, celebrada no ano passado sob a direcção de João XXIII».

A mesma perspectiva estava subjacente na análise da discussão do esquema sobre a Igreja, principalmente no que à questão da «Colegialidade permanente e jurisdicional dos Bispos, mesmo fora do Concílio», dizia respeito²⁰. Favoráveis a esta noção, encontrava-se «grande número de prelados, sobretudo da Alemanha, França, Oriente e bastantes sul-americanos, espanhóis, etc.»; em oposição, estava o Cardeal Rufini e muitos outros bispos, «principalmente italianos, espanhóis, etc.».

Todavia, e por outro lado, os problemas suscitados no âmbito da reforma da cúria romana eram abordados de modo extremamente cauteloso²¹. Ainda assim, eram notadas eventuais linhas de uma reforma já em curso, no âmbito do «mais amplo espírito ecuménico», patenteado pela nomeação do Cardeal Bea para o Santo Ofício. O significado deste facto resultava da oposição desta estrutura romana «às modernas tendências da exegese bíblica católica, de base científica, representada designadamente pelo Instituto Bíblico de Roma», de que o Cardeal Bea havia sido Reitor e professor emérito. No número seguinte, eram explicitadas as divergências e relatada a polémica entre o Cardeal Frings, Arcebispo de Colónia, e o Cardeal Ottaviani, do Santo Ofício, em plena sessão conciliar²². De um lado, «as palavras serenas», e, do outro, uma resposta apaixonada, que o director da revista rebateu nos dois pontos estruturadores: o Papa como Prefeito do referido organismo, mas que, recordou António Leite, delegava os seus poderes, e a responsabilidade dos consultores, de diversas nações, que submetem os assuntos à deliberação dos Cardeais. O problema residia, precisamente, na escolha dos consultores e demais membros do Santo Ofício e na possibilidade de recair em «determinadas correntes teológicas pouco actualizadas e demasiado estreitas». Anteriormente, haviam sido registadas eventuais desautorizações das linhas orientadoras do Santo Ofício por parte do próprio Concílio:

«Não poucos dos peritos oficiais do Concílio em matéria teológica, e dos que mais se têm evidenciado na preparação dos trabalhos conciliares, tiveram antes sérias dificuldades com o Santo Ofício, e têm visto aprovadas, em grande parte nas congregações gerais, algumas das suas ideias, impugnadas por outros teólogos particularmente ligados àquela Congregação.»

Notamos, portanto, uma ligeira mudança no discurso de António Leite quando aborda os debates conciliares. Se inicialmente era apenas compreensível a existência de correntes eclesiais em confronto na aula conciliar, passa a ser directamente enfrentada do ponto de vista analítico. Não só são elencados os argumentos empre-

²⁰ Cf. L. de Castro, «O recomeço do Concílio Vaticano II», *Broteria* 77 (1963), 426-435.

²¹ «A reforma da cúria romana», *Broteria* 77 (1963), 435-440.

²² L. de Castro, «O Concílio Vaticano II», *Broteria* 77 (1963), 560-567.

gues pelos diferentes sectores, devidamente identificados, como são esclarecidos os pressupostos e referidas as implicações dos tópicos em discussão.

No entanto, esta *nuance* discursiva não parece possuir continuidade nos posteriores artigos deste autor. No primeiro vol. de 1964 (78), apenas encontramos, para além de um balanço sobre o final da segunda sessão conciliar, a análise dos documentos entretanto aprovados, referidos aos meios de comunicação social e à liturgia²³. No vol. seguinte, a objectividade continua a caracterizar a análise sobre o andamento dos debates na terceira sessão conciliar, sendo repetidas as afirmações sobre a centralidade do episcopado nas classificações do impacto eclesial que o evento estava a assumir: «não há dúvida que Concílio Vaticano II, na sequência do Vaticano I, ficará na história da Igreja como o Concílio do Episcopado e da Igreja»²⁴ ou «o ponto central do Vaticano II (...) será a doutrina católica acerca do Episcopado, assim como o Vaticano I tinha sido o concílio do Papado»²⁵.

Mas, o artigo mais interessante deste vol., no que ao problema que nos ocupa concerne, é, sem dúvida, o que aborda, pela primeira vez, o esquema XIII e, principalmente, a questão da limitação dos nascimentos ou do escalonamento dos fins do matrimónio cristão²⁶. A exposição de António Leite, enquanto canonista, retoma, indiscutivelmente, as características do primeiro tipo de discurso. De início, o estado da questão do ponto de vista doutrinal; depois, a apresentação de novas tendências e das suas implicações; a concluir, a afirmação: «é de esperar, que sob a acção invisível do Espírito Santo, se chegue na quarta e última sessão a resolver com toda a clareza este problema».

De facto, a equação de um problema polémico no âmbito da aula conciliar é novamente efectuada nos moldes iniciais. A ligeira *nuance* que detectámos no discurso do então director da *Brotéria* não parece ter sido mais que o alinhamento perante a corrente que, naquele contexto, fazia vincar as suas posições. Esta hipótese poderá ser confirmada pelo facto de, neste mesmo vol., serem publicados dois artigos do Cardeal Bea a propósito da publicação de uma Instrução da Pontifícia Comissão Bíblica sobre a questão da historicidade dos sinópticos²⁷.

Todavia, entretanto, começariam a ser notórias certas alterações no plano editorial da revista, seguramente resultantes do Concílio ou pelo menos da dinâmica reformista que o acompanhou. A direcção de Manuel Antunes daria corpo a substantivas modificações.

²³ L. de Castro, «O final da segunda fase do Concílio», *Brotéria* 78 (1964), 69-80; António Leite, «O Decreto conciliar sobre os meios de comunicação social», *Brotéria* 78 (1964), 170-177; José da Costa Ferreira, «A Constituição sobre a Sagrada Liturgia», *Brotéria* 78 (1964), 265-276.

²⁴ L. de Castro, «A primeira encíclica de Paulo VI e a reabertura do Concílio», *Brotéria* 79 (1964), 345.

²⁵ L. de Castro, «Os trabalhos do Concílio», *Brotéria* 79 (1964), 461.

²⁶ L. de Castro, «O segundo mês de trabalhos conciliares», *Brotéria* 79 (1964), 572-586.

²⁷ Cf. «A historicidade dos Evangelhos sinópticos», *Brotéria* 79 (1964), 257-278; «O carácter histórico dos Evangelhos sinópticos como obras inspiradas», *Brotéria* 79 (1964), 385-406.

A direcção de Manuel Antunes e as consequências conciliares

Sob o sugestivo título «Renovação na continuidade», a nova direcção da *Brotéria* assinalava uma transição que se processava na fidelidade ao «duplo propósito» originário: «servir a ciência e a cultura e, através desse serviço, o de dar testemunho da verdade»²⁸. Registando que o «mundo mudou assombrosamente e continua a transformar-se», a revista continuava a «ver e fazer ver as mais diversas manifestações do espírito, desde a teologia à economia, passando pela filosofia, a ciência, a literatura, a arte, a história, a política e a sociologia».

A marca conciliar era, desde logo, notada no plano da interpretação da cultura, processada «não com facciosismo partidário mas com liberdade tão ampla quanto lhe é permitida pela grande abertura conciliar». Todavia, e «procurando alimentar a grande esperança que os novos tempos e o Concílio dos novos tempos sopraram sobre o mundo», a tarefa hermenêutica da *Brotéria* não iria enveredar por «conciliações equívocas», «simpatia cega por 'novas' posições, só pelo facto de serem novas» ou «exclusão de 'antigas' posições, só pelo facto de serem antigas».

A direcção de Manuel Antunes significou uma profunda renovação da linha editorial da *Brotéria*. Sem dúvida alguma que a renovação eclesial empreendida pelo Vaticano II possui no período então inaugurado a sua marca mais expressiva. No entanto, isto não significa que tenha ocorrido uma qualquer ruptura com o passado. As linhas de continuidade, tal como são anunciadas no editorial a que aludimos, são por demais evidentes.

Tal como foi efectuado ao longo de 1965 na secção «Actualidade religiosa», o acompanhamento do Concílio constitui um elemento de continuidade entre ambas as direcções. Desde logo, porque a assinatura dos textos continuava a ser da responsabilidade de António Leite. Mas, era a persistência das características dos discursos efectuados em torno deste evento que definia uma tal relação de continuidade: cautelosos e evidenciando expectativas extremamente controladas.

Por outro lado, o mais indiscutível elemento de renovação da *Brotéria* consiste na colaboração de um ainda vasto conjunto de autores leigos. Apenas em 1965, notamos intervenções de Adérito Sedas Nunes, José Pedro Miller Guerra, Manuela Silva, Francisco Pereira de Moura, Mário Murteira ou Rogério Martins. Técnicos reputados em diferentes áreas, haviam sido, na sua quase totalidade, formados na JUC, ainda que pertencendo a diferentes gerações, e encetavam posturas críticas ou distanciadas face ao Regime de Salazar. Em 1966, e sem sermos exaustivos, registamos ainda a presença de Nuno de Bragança, Valentim Xavier Pintado e Nuno Teotónio Pereira. Alguns destes autores contribuíram com mais de um artigo, o que nos permite supor uma colaboração que se previa regular.

Em 1965, o catolicismo era atravessado por polémicas que se referiam à amplitude e às direcções da renovação conciliar: suficientemente abrangente ou circunscrita a certos domínios, por um lado, com avanços significativos em

²⁸ *Brotéria*, 80 (1965), pp. 3-4.

determinantes áreas ou com recuos e ambiguidades, por outro. Nas páginas da *Brotéria*, far-se-ia eco das tensões que, também em Portugal, eram experimentadas. Em França, os conflitos entre a JEC e o episcopado ou a censura a um artigo de Roger Garaudy em *Témoignage Chrétien* eram relatados por António Leite com as usuais preocupações sobre a objectividade dos factos e correlacionados com outras crises já vividas na história da Igreja²⁹. A mesma perspectiva perpassou a antevisão, realizada pelo mesmo autor, da última sessão conciliar³⁰. Para além de uma apresentação dos esquemas em debate, a análise das reacções de oposição ou de timidez face às determinações conciliares terminava de forma lapidária: «sempre as houve (...) e muito provavelmente haverá também nos Concílios futuros».

Num balanço do Concílio, António Leite retomaria os tópicos que, no geral, sustentaram as suas crónicas desde o início do evento: mútuo conhecimento, percepção da unidade eclesial, o «Concílio do Episcopado», ainda que «as determinações mais espectaculares» tenham sido as referidas à reforma litúrgica, uma maior aproximação com os cristãos separados³¹. Sem preocupações de exaustividade, podemos afirmar que as perspectivas analíticas deste autor em torno das dinâmicas eclesiais, designadamente as que se reportaram às consequências conciliares e a certos elementos de conflituosidade, permaneceram. Veja-se, apenas a título de exemplo, as abordagens sobre o final do Concílio, os padres operários, a liberdade religiosa, a reforma do Santo Ofício, o catolicismo holandês, o celibato eclesiástico, as ordenações anglicanas, o divórcio ou a *Humane Vitae*³².

Nas páginas da *Brotéria*, notamos, todavia, um outro tipo de discurso, mesmo que referido ao Concílio: aquele que é produzido pelo novo director, Manuel Antunes. Sob o pseudónimo de Luís Parreira, define duas atitudes eclesiais que se debateram no Concílio, «de abertura» e «de defesa», sendo que a primeira, «com o espanto de muitos, ganhou a maioria», e que é «diferente mas complementar» da que se constituiu no Vaticano I⁹⁹. O mundo mudara profundamente e também a atitude da Igreja perante a história sofria transformações, as quais, no entanto, só haviam sido possíveis dada a atitude dominante no Vaticano I.

No fundo, trata-se da mesma perspectiva que já havíamos apontado em anterior artigo do mesmo autor mas que agora é aplicada ao âmbito e ao impacto

²⁹ Cf. «Problemas do catolicismo francês», *Brotéria* 81 (1965), 71-80.

³⁰ Cf. «Perspectivas para a IV sessão conciliar», *Brotéria* 81 (1965), 216-222.

³¹ Cf. «Balanço do Concílio», *Brotéria* 81 (1965), 593-602.

³² Cf. «O final do Concílio», *Brotéria* 82 (1966), 62-74; «Os padres operários», *Brotéria* 82 (1966), 492-510; «Os problemas da liberdade religiosa», *Brotéria* 82 (1966), 604-614; «A reforma do Santo Ofício», *Brotéria* 82 (1966), 793-802; «Os problemas do catolicismo holandês», *Brotéria* 84 (1967), 199-214; «O celibato sacerdotal», 85 (1967), 498-515; «As ordenações anglicanas», *Brotéria* 86 (1968), 511-523; «Antecedentes da encíclica 'Humane Vitae'», *Brotéria* 87 (1968), 277-296; «As linhas mestras da encíclica 'Humane Vitae'», *Brotéria* 87 (1968), 479-493; «Aspectos pastorais da 'Humane Vitae'», *Brotéria* 87 (1968), 581-595.

³³ Cf. «Significado histórico de Vaticano II», *Brotéria* 81 (1965), 581-593.

do Vaticano II: continuidade da acção da Igreja ao longo do tempo, sem rupturas profundas, mas com evoluções perante os contextos histórico-sociais. As diferenças face à análise de António Leite não se situam propriamente no plano da caracterização das correntes eclesiais então existentes (as atitudes de «abertura» ou de «defesa», «progressista» ou «anti-progressista») mas na forma como são afrontados os conflitos entre os distintos sectores e marcadas as possibilidades de resolução. O cerne das diferenças entre os sucessivos directores situa-se na perspectiva de análise.

No caso de António Leite, a metodologia consiste na ponderação das virtudes e dos limites das distintas hipóteses, a sua contextualização e, a terminar, a clarificação da posição doutrinal preponderante. Quanto a Manuel Antunes, o interesse está na significação que a controvérsia ocupa na relação entre a Igreja e o mundo contemporâneo³⁴. O resultado do conflito não se joga na vitória de um ou outro sector, mas na própria existência da «diversidade de opiniões», que, por vezes, é mesmo «quase desconcertante».

Perante um mundo em processo de «diversificação» e de «convergência», Manuel Antunes considera que o Concílio deu exemplo de «unidade na diversidade», definiu princípios, como o da colegialidade, aceitou outros, como o da liberdade religiosa, e fez um conjunto de propostas. Diante de um «mundo em expansão e em socialização», a Igreja descreveu-se a si própria «na diversidade de carismas e de membros (...), na sua mútua dependência e na sua real e cada vez mais fundamental unidade». Ao mundo em transformação, o Concílio apresentou-se «como exemplo das sociedades que se renovam sem se negarem e se transformam continuando, (...) revelando a sua vitalidade». Finalmente, e perante um mundo que efectua uma «modificação de horizonte e de sentido», dado que substituiu a «memória pela esperança», situando-se em atitude de «prospecção», a Igreja conciliar, sem negar os «seus princípios de base», «assume a esperança dos homens na construção de um mundo melhor mas diz-lhes que o seu termo último se situa além do tempo».

Ainda em 1966, um outro jesuíta, Celestino Pires, procede, em dois artigos, a uma análise eclesiológica sobre o lugar e o significado do Concílio. Os concílios situaram-se sempre perante contextos históricos precisos, designadamente no que à relação estabelecida entre a Igreja e o mundo diz respeito. No Vaticano II, a necessidade de um diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo implicou uma reflexão da Igreja sobre si própria. Perante o «fenómeno da difusão da cultura» e as ambiguidades resultantes do «triunfo da ciência e da técnica» ou da «complexificação das relações e interdependências sociais», a Igreja dava sinais positivos, de que o Concílio era «o ponto de partida». Os esforços de renovação que vinham sendo encetados e os confrontos internos que geravam mais não eram que «o sinal da sua vitalidade e da sua força interior»³⁵.

³⁴ Uma síntese do seu pensamento neste domínio, desenvolvida em torno do conceito da «inserção», pode ser encontrada, sob um dos seus pseudónimos, em Francisco Outeiro, «As linhas de rumo da espiritualidade cristã segundo o Concílio», *Brotéria* 81 (1965), 622-628.

³⁵ «Vaticano II na história da Igreja e do mundo», *Brotéria* 83 (1966), 3-11.

Não deixa de ser curiosa a percepção «dos momentos que parecem ter decidido da sorte do Concílio»: o pedido de adiamento da eleição das Comissões e o já referido episódio da discussão inicial do esquema sobre as fontes da revelação, ambos na primeira sessão. Os padres conciliares não pareciam «resolvidos a aceitar um Concílio pré-fabricado» e João XXIII, impedindo que a minoria impusesse a sua vontade à maioria, colocou na presidência de uma Comissão «os dois pólos do Concílio», ou seja, os Cardeais Ottaviani e Bea. A tónica continuava a ser colocada na renovação interna da Igreja, apenas iniciada, «da unanimidade conquistada através da liberdade e da discussão de pontos de vista inicialmente muito divergentes» ou do «testemunho da unidade da diversidade»³⁶.

Ainda na mesma linha, Manuel Antunes, agora sob o pseudónimo de Carlos Outeiro Cruz, perspectivava, no início de 1967, as consequências do Concílio sobre a Igreja e a própria sociedade, a qual se podia definir como estando marcada, de acordo com a sua formulação, por: «*bancarota das ideologias, crise da filosofia, particularismo das ciências*»³⁷. Situada no plano da significação, a teologia poderia, nesse contexto, exercer uma importante função. Também no domínio das relações eclesiais era esperado dessa disciplina um contributo determinante. Assim, Manuel Antunes realçava a exigência de «abertura» que o Vaticano II tinha consagrado e que deveria ser o resultado «da convergência de quatro elementos: da justa liberdade de pesquisa, de pensamento e de proposição (...), da razão especulativa, da razão histórica e da razão hermenêutica».

O balanço possível

A principal influência do II Concílio do Vaticano sobre a *Brotéria* parece situar-se ao nível da legitimidade que é reivindicada pela direcção de Manuel Antunes para proceder a uma renovação em 1965. Paralelamente, as mudanças eclesiais e sociais verificadas em Portugal desde princípios de 60, também por intermédio do evento conciliar, repercutir-se-ão nas páginas da publicação da Companhia de Jesus em Portugal. O mais interessante, contudo, é notarmos que entre as direcções de António Leite e Manuel Antunes não parece processar-se uma nítida ruptura editorial, apesar de terem ocorrido substanciais alterações. No entanto, a mudança acaba por traduzir uma natural transição, que consiste na afirmação de uma corrente preexistente, que já se manifestava nas páginas da revista e que, tal como anteriormente se verificava, tolera e convive com a linha editorial anteriormente dominante.

Subscrevemos, por isso mesmo, a perspectiva de José Eduardo Franco perante a transição efectuada em 1965: «uma viragem humanística e ecuménico-dialógica» face a um período «mais apologetico e proselitista»³⁸. Assente numa

³⁶ «Vaticano II: um Concílio carismático para o nosso mundo», *Brotéria* 83 (1966), 175-181.

³⁷ «Função da teologia no mundo de hoje», *Brotéria* 84 (1967), 3-18.

³⁸ José Eduardo Franco, *Brotar educação*, p. 82.

análise de «longa duração», o mesmo estudo assinala mesmo «duas correntes no seio da *Brotéria*» a propósito das atitudes face ao regime político vigente em Portugal, susceptíveis de produzir «pontos de vista diferentes e até, nalguns casos, antagónicos»³⁹. Podíamos acrescentar que estamos perante a coexistência de diferentes percepções eclesiológicas ou, em sentido mais amplo, distintas mundividências que continuam a ter espaço na revista em sucessivas mudanças editoriais.

Como a Igreja e a sociedade portuguesas mudaram por intermédio do Concílio, a *Brotéria* também sofreu alterações ao nível das temáticas e dos processos de abordagem. A mudança de director traduziu uma alteração no perfil editorial, que possuiu como legitimação a renovação conciliar. Contudo, persistiram as análises objectivas e moderadas sob o Concílio ou as suas consequências com a assinatura de António Leite. Os autores não modificam substancialmente os seus padrões discursivos, mas é ao nível da sua legitimidade ou no plano do seu objecto que as alterações se processam.

Não é fácil estabelecer um paralelo directo entre as abordagens dos dois directores no período analisado. As noções eclesiológicas que estruturam ambos os discursos subjazem em artigos de distintos níveis. António Leite direccionava a atenção para questões muito específicas enquanto Manuel Antunes apontava para problemas de fundo. Ou melhor, ambos aplicavam distintas metodologias de análise: o primeiro «recentrava» sucessivamente o problema enquanto o segundo «alargava» os seus níveis de compreensão. Ainda assim, não são notórias divergências determinantes face ao andamento dos trabalhos conciliares e ao ritmo das suas repercussões sobre a dinâmica eclesial. Aliás, nas páginas da *Brotéria*, não notámos explícitas reservas face ao cunho de Paulo VI nos trabalhos conciliares ou na sua aplicação⁴⁰.

A finalizar, podemos aludir a dois pequenos textos dos referidos directores da revista. Sob a forma de um breve balanço do Concílio, estes artigos, publicados para além do período que definimos, permitirão infirmar ou validar, num prazo mais dilatado, as hipóteses que aqui procurámos explorar.

António Leite apoiar-se-ia num relatório do Administrador Apostólico da diocese de Lucca (Itália), Mons. Bartoletti, sobre a vida e os problemas da Igreja para, de certa forma, avaliar o impacto do Concílio⁴¹. Apresentado no Sínodo dos Bispos de 1971 (sobre o sacerdócio ministerial e a justiça no mundo), o documento resultava dos relatórios das Conferências Episcopais e constituía como que um «ponto da situação» da vida eclesial. Perante a vastidão de pontos focados, realçaremos apenas as linhas principais da exposição do anterior

³⁹ *Ibidem*, p. 37.

⁴⁰ Note-se que estas reservas foram manifestas na mesma época por certos sectores do catolicismo português: cf., a título de exemplo, Manuel Frade (pseudónimo de Fr. Ma-teus Cardoso Peres), «A 4.ª sessão, o Concílio e a Igreja», *O Tempo e o Modo* 32 (1965), 1046-1052.

⁴¹ Cf. «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», *Brotéria* 94 (1972), 211-226. O texto de Mons. Bartoletti pode ser encontrado em *La Documentation Catholique* 23 (1971), 1113-1123.

director da *Brotéria*, principalmente no que se refere à sua interpretação sobre a situação sócio-eclesial por influência conciliar.

A par das vias abertas pelo Concílio para uma profunda renovação da Igreja, eram notórios fenómenos preocupantes, como fossem «uma acentuada *crise de fé*», «a difusão de *teorias, afirmações e hipóteses em clara contradição com os ensinamentos tradicionais da Igreja*», «uma *crise da vida moral*» ou «o problema da *contestação na Igreja*, que reveste por vezes formas radicais e corrosivas».

Perante este estado dos problemas e as propostas de resolução do autor do documento, António Leite considera haver um amplo campo de acção, «que evite tanto o imobilismo estagnador como o prurido da mudança pela mudança». Ao mesmo tempo, afirmava que toda a renovação conciliar, principalmente quando perspectivada do ponto de vista estrutural ou organizacional, só seria eficaz «se se operar uma renovação mais profunda, a renovação interior, espiritual e moral de todo o Povo de Deus». De certa forma, era a reafirmação da principal linha analítica que se encontrava subjacente no texto sobre o Ano Santo de 1950 com que iniciámos esta incursão pela relação estabelecida entre o Concílio e a *Brotéria*.

Por seu lado e novamente sob pseudónimo (Vaz Sobral), Manuel Antunes confronta a «crise que lavra na Igreja» com a realização do Vaticano II, dez anos volvidos sobre o seu anúncio⁴². A questão é formulada nos seguintes termos: «valeu a pena (...) chegar à inquietação que percorre hoje camadas tão vastas do corpo eclesial, à consternação de alguns e à desorientação e aventureirismo de outros?».

A imediata resposta — «apesar de tudo, valeu a pena» — parecia transparecer um certo «mal-estar», que até era confirmado mais adiante. As esperanças suscitadas e as promessas cumpridas eram contrabalançadas pela percepção de que os resultados conciliares apenas «a longo prazo» poderiam ser aferidos, dado que as mudanças propostas eram profundas e vastas. A realidade eclesial de então era contraditória e, para esclarecer as dúvidas, Manuel Antunes iria inverter os termos da questão inicial.

Em primeiro lugar, perguntava se «serão hoje muitos os que queriam voltar ao estado de dez anos atrás». Apesar da «estupefacção», da «estranheza» e de uma certa «resistência», o Concílio operou uma «renovação» e significou «um enriquecimento». Estas «reticências» advinham da «revolução cultural» que se processava na própria Igreja e que possuía um «certo sentido tendencialmente extremista». No entanto, o Vaticano II, segundo Manuel Antunes, teria sido «apenas *ocasião* e não *causa*» para uma tal «revolução».

Depois, questionava o «que teria acontecido se o Concílio não existisse». Os abandonos do espaço eclesial, mais discretos ou de maior impacto, e protagonizados tanto por indivíduos como por grupos, poderiam ter possuído uma maior amplitude sem o Concílio, dado que, anteriormente, existiam «largos descontentamentos» e mesmo, nalguns casos, a «sensação de *ghetto* ou de *opressão*». Sem o evento conciliar, estes movimentos poderiam ter repetido o «correlativo objectivo do que sucedeu na primeira metade do século XVI».

⁴² Cf. «Há dez anos: o anúncio do Concílio», *Brotéria* 88 (1969), 261-263.

Se até aqui as respostas e o processo de inversão dos termos das questões revelavam um certo «mal-estar» com o ambiente pós-conciliar, o final deste pequeno texto remete para o discurso padrão de Manuel Antunes, em que a visão de longo prazo permitia classificar como salutar o ambiente de uma certa radicalização. Primeiro, afirmando que o Concílio foi o motor de uma «necessária evolução» e não de uma «revolução». Depois, considerando não serem de «estranhar» algumas «precipitações revolucionárias». Finalmente, apoiando-se nas palavras de Paulo VI, que, ao «descrever o 'frenesim, a vertigem e a loucura' da contestação», afirmava de seguida: «não seremos nós quem contestará essa contestação, ou essa necessidade de renovação sob muitos aspectos legítima». Para Manuel Antunes, portanto, as «precipitações revolucionárias» eram compreensíveis no âmbito da profunda evolução eclesial que o Concílio realizara, não a invalidando de forma alguma e, de certa forma, confirmando a sua necessidade.

Como resulta da análise destes textos, a influência do Concílio sobre os discursos dos directores da *Brotéria* não se verificou no plano dos seus elementos estruturadores. A este nível, há notórias continuidades. Como a Igreja manifesta profundas mudanças, também na *Brotéria* se processam substantivas transformações, tanto ao nível dos problemas abordados como dos métodos de análise. As modificações editoriais operadas, e cuja legitimidade foi situada no âmbito da reforma conciliar, corresponderam simultaneamente a um ajustamento perante a realidade sócio-eclesial e à preponderância de percepções já anteriormente manifestadas. É enquanto expressão de uma instituição eclesial determinada que todas as alterações devem, portanto, ser discutidas. Emergem novos elementos com perspectivas diversas e ocorre a afirmação de uma nova perspectiva editorial, que continua a conviver com a que anteriormente definira o rumo da publicação.